



# Cidade e diversidade: perspectivas para o próximo urbanismo

Cities and diversity: perspectives on the next urbanism

**Karime Fayad<sup>1</sup>**, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, Universidade Federal do Paraná, [karimefayad@hotmail.com](mailto:karimefayad@hotmail.com).

**Nadia Cibele Besciak<sup>2</sup>**, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, Universidade Federal do Paraná, [nadiabesciak@gmail.com](mailto:nadiabesciak@gmail.com).

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano da Universidade Federal do Paraná, especialista em Direito à Cidade e Gestão Urbana pela Universidade Positivo e Instituto Ambiens (2014), Arquiteta e Urbanista pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2013).

<sup>2</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano da Universidade Federal do Paraná, especialista em Direito à Cidade e Gestão Urbana pela Universidade Positivo e Instituto Ambiens (2014), Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Paraná (2012).

## RESUMO

Num contexto de transformação da sociedade contemporânea, considerado por alguns autores como o momento de uma nova revolução urbana, que demanda novas formas de planejar, conceber e gerir as cidades, faz-se importante refletir a respeito de perspectivas para um próximo urbanismo. Considerando que essa sociedade está marcada pelo individualismo e que o urbanismo atual ainda é muito marcado pelo racionalismo e tecnicismo, deve-se discutir a importância da diversidade nessas relações e nas cidades, a fim de propiciar espaços urbanos que considerem opiniões, costumes, hábitos, comportamentos, crenças e gêneros diversos. Assim, pretende-se neste trabalho discutir a importância do tema da diversidade na produção do espaço urbano, esta entendida como multiplicidade, heterogeneidade, pluralidade de ideias, crenças, valores, percepções, culturas e de toda forma de expressão da vida humana, bem como apresentar uma reflexão sobre a utilização de duas abordagens, complementares entre si, uma de viés antropológico e a outra utilizando conceitos de morfologia urbana, para o entendimento e valorização do tema, como diretrizes e propostas para um próximo urbanismo. Conclui-se que, a partir do estudo da morfologia urbana, compreendendo formação, a evolução, a transformação do espaço urbano e de seus elementos, além de suas relações e delas entre os atores sociais, por meio da antropologia e sua metodologia etnográfica, é possível a identificação de formas mais apropriadas para a intervenção no meio urbano visando fomentar a diversidade em cada espaço planejado ou gerido pelo profissional urbanista.

**Palavras Chave:** urbanismo, espaço urbano, diversidade, antropologia, morfologia urbana.

## ABSTRACT

In a context of transformation of the contemporary society, considered by some authors as the moment of a new urban revolution, which demands new ways of planning, designing and managing cities, it is important to reflect on perspectives for the next urbanism. Considering that this society is marked by individualism and that the current urbanism is still very marked by rationalism and technicalism, it must be discussed the importance of diversity in these relations and in the cities, in order to provide urban spaces that consider different opinions, customs, habits, behaviors, beliefs and genres. Thus, this paper intends to discuss the importance of the theme of diversity in the production of urban space, understood as multiplicity, heterogeneity, plurality of ideas, beliefs, values, perceptions, cultures and all forms of expression of human life, as well as to present a reflection on the use of two complementary approaches: one anthropological and the other using concepts of urban morphology, to understand and value the theme, as guidelines and proposals for the next urbanism. It is concluded that, from the study of urban morphology, including formation, the evolution and the transformation of the urban space and its elements, besides their relations and of them between the social actors, through anthropology and its ethnographic methodology, is possible to identify more appropriate forms for intervention in the urban environment in order to foment diversity in each area planned or managed by the urbanist professional.

**Keywords:** urbanism, urban space, diversity, anthropology, urban morphology.

## INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea está se transformando rapidamente, seja a partir de alterações nas práticas dos cidadãos, na forma das cidades, nos deslocamentos, nas comunicações e trocas, no uso dos equipamentos públicos e serviços, ou nas atitudes em relação à natureza e ao espaço público. Inovações proporcionadas pela tecnologia, como os celulares, trens de alta velocidade e a internet, contribuíram sobremaneira para essas modificações, que estão ainda no início do seu curso. Segundo Ascher (2010) “As sociedades ocidentais estão em mutação, entrando em uma nova fase da modernidade, que assiste à evolução profunda das maneiras de pensar e agir, da ciência e da técnica, das relações sociais, da economia, das desigualdades sociais e das formas de democracia”.

Nesse sentido, Monte-Mór (2015) também afirma que “vivemos um momento de transição entre modos de organização social, política e econômica, para não ousar falar em transição de modos de produção”. Os dois autores, assim, acreditam estar em curso uma revolução urbana, tal como enunciado por Henri Lefebvre nos anos 1970. Para Lefebvre (1999), em se tratando da revolução urbana rumo a uma urbanização completa, “se há conexão entre as relações sociais e o espaço, entre os lugares e os grupos humanos, seria preciso, para estabelecer uma coesão, modificar radicalmente as estruturas do espaço”.

Ascher (2010) identifica como grandes mudanças que caracterizam a terceira revolução urbana moderna: a metropolização, a transformação do sistema de mobilidade urbana, a recomposição social das cidades (marcada pela individualização do espaço-tempo e por novos tipos de serviços públicos) e a redefinição das relações entre interesses individuais, coletivos e gerais.

Diante desse contexto, que implica e demanda alterações na forma de planejar, conceber e gerir as cidades, o urbanismo pouco tem discutido ou atuado. Considerando especificamente as transformações nas relações humanas, principalmente o individualismo, já mencionado, deve-se refletir acerca da importância da diversidade nessas relações e nas cidades, a fim de propiciar espaços urbanos que considerem opiniões, costumes, hábitos, comportamentos, crenças e gêneros diversos.

Para Ascher (2010), um novo urbanismo precisa considerar uma diversidade complexa de interesses que dificilmente podem se materializar em interesses coletivos estáveis e aceitos por todos ou em modelos universalizantes. Segundo o autor: “Os políticos locais, o Estado, os urbanistas, todos os especialistas podem, assim, cada vez menos pretender fundamentar suas ações e propostas em um interesse geral ou comum, objetivo e único.” As divergências e conflitos de opiniões devem ser resolvidos menos por decisão das majorias e mais por “compromissos que permitem tratar de uma variedade de situações coletivas”.

Diante do exposto e entendendo a diversidade como multiplicidade, heterogeneidade, pluralidade de ideias, crenças, valores, percepções, culturas e de toda forma de expressão da vida humana, cabe ao próximo urbanismo conceber espaços que a valorizem, em suas diferentes formas de relação e expressão.

Pretende-se, assim, discutir a importância do tema da diversidade na produção do espaço urbano, bem como apresentar uma reflexão sobre a utilização de duas abordagens, complementares entre

si, uma de viés antropológico e a outra utilizando conceitos de morfologia urbana, para o entendimento e valorização do tema, como diretrizes e propostas para um próximo urbanismo.

## A DIVERSIDADE E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Para entender as relações da diversidade com a produção do espaço urbano faz-se importante, inicialmente, partir de sua definição. Konzen (2012), ao fazer uma análise sobre o conceito de diversidade utilizado por Hegel em duas de suas obras – *Ciência da Lógica* e *Filosofia do Direito*, traz importantes contribuições para a compreensão do tema. Para Hegel, a diversidade expressa que dois ou mais objetos possuem ao mesmo tempo a determinação da desigualdade e da igualdade. Ao envolver esses dois conceitos, que são vinculados e distintos, distingue-se da pura e simples diferença e relaciona-se também aos conceitos de identidade, oposição e contradição.

Os diversos, que são uma e a mesma coisa, com que ambas, a igualdade e a desigualdade, tornam-se vinculadas, são, pois, de uma parte, iguais entre si, mas, de outra parte, são desiguais, e [isso] enquanto elas são iguais, e enquanto elas são desiguais (HEGEL, 1970 apud KONZEN, 2012)

Assim, destaca-se como aspecto determinante da diversidade o fato de ela ocorrer entre objetos, coisas ou indivíduos que tenham certa igualdade qualitativa em comum (mesma espécie, mesmo gênero), mas também uma desigualdade qualitativa referente àquela característica de igualdade.

“Duas coisas não são exatamente iguais; assim elas simultaneamente são iguais e desiguais; iguais já no fato de que elas são coisas ou duas em geral, pois cada uma é uma coisa e uma unidade tanto quanto a outra, cada uma é, assim, o mesmo que a outra; mas elas são desiguais mediante a aceitação. Assim, surge a determinação de que os dois momentos, a igualdade e a desigualdade, estão *em um e mesmo* diverso ou de que a diferença caindo um fora do outro está em uma e mesma vinculação.” (HEGEL, 1970 apud KONZEN, 2012)

Hegel também discute o conceito de diversidade humana. Para ele os seres humanos são naturalmente diversos entre si, pois são iguais enquanto racionais e livres, mas desiguais no âmbito do grau/proporção de desenvolvimento de suas propriedades ou faculdades corporais e espirituais. Essas são decorrentes de uma multiplicidade de circunstâncias contingentes, que são desiguais, e permitem, assim, uma variedade de habilidades, riquezas, culturas, formações - intelectual, prática, moral ou teórica. Fica caracterizada, dessa forma, a infinita diversidade da natureza humana. (KONZEN, 2012)

Tal diversidade, em todas as direções e graus, causa múltiplas implicações concretas nas relações humanas, sejam elas familiares, sociais ou estatais, refletindo-se também na produção do espaço. Não faz sentido, portanto, a tentativa de instituir uma “igualdade material”, pois ela seria fruto de um “entendimento vazio e superficial”.

A exigência, muitas vezes feita, da igualdade na repartição do solo ou mesmo de qualquer outro patrimônio existente é um entendimento tanto mais vazio e superficial quanto mais nessa particularidade intervêm não somente a contingência natural externa, mas também toda a extensão da natureza espiritual em sua particularidade e diversidade infinitas, assim como em sua razão desenvolvida para o organismo. (HEGEL, 2010 apud KONZEN, 2012)

Diante disso, indo contra a ideia de igualdade absoluta, Hegel preocupa-se em ressaltar a liberdade de todos os seres humanos, que é justamente o aspecto que os torna iguais. Não é

preciso, para isso, negar ou neutralizar as diferenças. As desigualdades decorrentes da diversidade estão e sempre estarão presentes nas relações humanas, o que não é algo em si negativo, mas que depende da capacidade do indivíduo de assumi-la ou mediá-la para, assim, fomentar o maior grau possível de formação ou de desenvolvimento, tanto corporal quanto espiritual. Importa mais desenvolver nos indivíduos a capacidade em si de ser livre para si.

Nesse sentido, ao tratar das complexidades da sociedade contemporânea, principalmente a relação entre “a produção do espaço (urbanização), a natureza humana e não humana (sustentabilidade), e as transformações desalienadas do mundo para a emancipação dos povos (desenvolvimento)”, Monte-Mór (2015) afirma que a diversidade abre caminho para alternativas, para espaços da diferença, para construções socioespaciais geradas no bojo das realidades culturais enraizadas no mundo concreto, na natureza humana e não humana.

Promover, garantir e fortalecer múltiplos modos de organização socioeconômica, diversidades étnicas, de raças, de gêneros, de crenças, de usos, de alimentos, enfim, de culturas, parece ser um princípio central para a construção da emancipação social com base no urbano-utopia[...] (MONTE-MOR, 2015, p. 68)

Para o autor, é mais importante hoje pensar em diversidade (social, econômica, de gênero) do que em desigualdades - como era num passado ainda recente. Ressalta que a desigualdade pressupõe a existência da igualdade e pode remeter à homogeneidade do espaço, das formas e processos urbanos e socioespaciais, o que, se considerarmos a definição de diversidade humana de Hegel, é impossível.

A discussão sobre a diversidade nas cidades não é recente. Já na década de 1960 Jane Jacobs avançava numa teoria urbana de valorização da diversidade, em contraposição ao modernismo, até então predominante nas cidades americanas. Para a autora a vitalidade urbana e a segurança dependem da diversidade de usos que os espaços públicos proporcionam às pessoas, principalmente as calçadas, ruas e parques. Jacobs defende que a diversidade do espaço permite a expressão da vida urbana, e que a diversidade de usos atrai naturalmente uma diversidade de frequentadores e usuários. (NETO; PALACIOS, 2012).

As cidades têm como característica uma diversidade de usos complexa e densa. O planejamento deve catalisar e nutrir estas relações funcionais, ou relações de usos. (JACOBS, 2000, p.13 apud NETO; PALACIOS, 2012).

O arquiteto Jan Gehl também avança no entendimento da importância da diversidade nas cidades. Para ele, deve-se ofertar espaços à diversidade, permitindo contato social direto entre os cidadãos. Gehl, assim como Jacobs, entende que a diversidade de atividades, de circulação ou permanência, incentiva o uso dos espaços públicos e que a função social da cidade como local de encontro dever ser reforçada. (GEHL, 2013)

Gehl, em seus projetos urbanos, tem se utilizado de método próprio, que caracteriza detalhadamente o local de intervenção, identificando usos atuais, locais de circulação e permanência, atrativos às atividades, conexão com transporte público, entre outros. Entende-se que o método avança no entendimento dos diversos usos do espaço público, mas ainda carece de aprofundamento e de proposição para atendimento dos diversos usuários e de suas demandas, bem como de valorização das relações sociais que têm esse local como espaço de expressão. Percebe-se ainda uma visão tecnicista e racionalista, em que o técnico, a partir de levantamentos mais refinados, continua a exercer o poder de decisão sobre a produção do espaço urbano, para



atendimento do interesse geral ou comum, objetivo e único, o que é profundamente criticado por Ascher (2010).

## **DIVERSIDADE: PERSPECTIVAS PARA UM PRÓXIMO URBANISMO**

Diante da necessidade de aprofundar a questão da diversidade no urbanismo, num contexto de transformações sociais e de aprofundamento do individualismo, faz-se neste trabalho um exercício de reflexão sobre perspectivas para o próximo urbanismo. Para isso, propõe-se a combinação de duas abordagens, uma a partir da antropologia e outra a partir da morfologia urbana, como forma de valorizar a diversidade dos seres humanos e de suas relações no espaço urbano.

### **Uma abordagem a partir da Antropologia**

O termo *Anthropos* deriva do grego e significa “estudo do homem” ou “ciência do homem”. Diferenciando-se das demais disciplinas (entre as ciências humanas) que estudam o homem - como a genética, sociologia e psicologia, sua característica primordial é o objeto formal de estudo. Nela o que interessa é o ser humano em sua continuidade e pluralidade e forma, a existência humana, a culturalidade e biogenética, tanto passada como também presente, extraindo não o específico, mas o todo. A preocupação em definir o homem é constante.

A antropologia é comumente definida como o estudo do homem e de seus trabalhos. Assim definida, deverá incluir algumas das ciências naturais e todas as ciências sociais; mas, por uma espécie de acordo tácito, os antropólogos tornaram como campos principais o estudo das origens do homem, a classificação de suas variedades e a investigação da vida dos chamados povos primitivos. (LINTON apud MELLO, 1986 p. 18)

O campo de estudo da antropologia é muito vasto e dominá-lo em sua plenitude seria impossível. Segundo Hoebel (1973), somente a antropologia trata do homem e suas manifestações como um todo (visão holística), emprega o método comparativo e leva em conta o conceito de cultura como âmbito próprio do humano.

A antropologia tem contribuição específica para a compreensão do fenômeno urbano, mais especificamente para a pesquisa da dinâmica cultural e das formas de sociabilidade nas cidades contemporâneas. A antropologia clássica estudava as minorias urbanas de modo isolado, como as comunidades e aldeias, não imersas nas interações sociais promovidas pelo espaço da cidade, preocupando-se mais com o aspecto antropológico.

Joseph (2000) frisa que a cidade não seria apenas um mosaico de territórios, como estabelecia a antropologia clássica, mas as relações entre duas ou mais populações num mesmo meio ou sistema de atividades, presentes em fenômenos como a economia da mobilidade residencial, problemas sociais de habitação ou de presença no espaço público. O ambiente urbano, em especial as metrópoles, constitui espaço estratégico para o estudo da diversidade cultural, segundo Canclini (1990).

O contexto urbano é formado pela paisagem - onde se relacionam o conjunto de espaços, equipamentos e instituições urbanas; e pelos atores sociais. Sendo a paisagem urbana o resultado das práticas desenvolvidas por tais atores (associações, políticos, corporações, poder público, cidadãos, etc.). A antropologia urbana estuda a interseção de ambos e à etnografia cabe decifrar esse duplo movimento.

[...] o que se propõe é um olhar de perto e de dentro, mas a partir dos arranjos dos próprios atores sociais, ou seja, das formas por meio das quais eles se vêm para transitar pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas – religiosidade, trabalho, lazer, cultura, participação política ou associativa etc. Esta estratégia supõe um investimento em ambos os polos da relação: de um lado, sobre os atores sociais, o grupo e a prática que estão sendo estudados e, de outro, a paisagem em que essa prática se desenvolve, entendida não a mero cenário, mas parte constitutiva do recorte de análise. É o que caracteriza o enfoque da antropologia urbana, diferenciando-o da abordagem de outras disciplinas e até mesmo de outras opções no interior da antropologia. (Magnani, 2002, p. 18)

Para Hannerz (1998), as cidades deveriam ser os lugares estratégicos para pensar a cultura em termos de uma organização da diversidade, além de figurarem como centros de confluência de culturas, sendo as interações condicionadas a combinações. Hannerz defende o método etnográfico como forma de analisar os diversos fluxos presentes na contemporaneidade e afirma ainda que foi fundamental para a formação do pensamento social. Em entrevista concedida a Fernando Rabossi (*Os limites de nosso auto-retrato. Antropologia urbana e globalização*, 1998), diz que

Ao longo de sua história, a antropologia tem oscilado entre orientações que enfatizam a abertura e orientações que enfatizam o fechamento, de forma que, em parte, trata-se de uma questão teórica. No entanto, dadas as atuais condições do mundo, penso que precisamos trabalhar mais com a etnografia, com a análise, e até mesmo com o vocabulário da interconectividade, pois boa parte das pessoas no mundo hoje estão envolvidas em vários tipos de mobilidade geográfica, além da existência da mídia e de instituições educacionais muito semelhantes pelo mundo afora - o que não se adequa à imagem do mosaico. Eu e algumas outras pessoas temos utilizado a noção de "fluxos", metáfora que me parece conduzir efetivamente para uma preocupação com os processos que se desenrolam no espaço e no tempo. (HANNERZ, 1998)

Tratando da etnografia como instrumento de análise das relações sociais, Geertz (1978) afirma que:

[...] segundo a opinião dos livros-textos, praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário e assim por diante. Mas não são estas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é um tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma descrição densa (1978, p. 15)

Em complementação, Lévi-Strauss (1991) trata da experiência etnográfica de tal maneira:

É por uma razão muito profunda, que se prende à própria natureza da disciplina e ao caráter distintivo de seu objeto, que o antropólogo necessita da experiência do campo. Para ele, ela não é nem um objetivo de sua profissão, nem um remate de sua cultura, nem uma aprendizagem técnica. Representa um momento crucial de sua educação, antes do qual ele poderá possuir conhecimentos descontínuos que jamais formarão um todo, e após o qual, somente, estes conhecimentos se "prenderão" num conjunto orgânico e adquirirão um sentido que lhes faltava anteriormente (1991, pp. 415-416).

Assim, a etnografia é a metodologia, que dentro da antropologia, permite ao pesquisador mergulhar no mundo dos pesquisados, sem nele permanecer, ou dele somente extrair diferentes

visões de mundo, porém interagir de forma a trocar representações e teorias. Dessa forma se empreende a pesquisa etnográfica nos centros urbanos: identificando grupos, caracterizando-os e observando sua relação com o outro e com o espaço que ocupam.

### Uma abordagem a partir da Morfologia Urbana

Morfologia é o estudo da configuração e da estrutura exterior de um objeto. É a ciência que estuda as formas, associando-as com os fenômenos que lhes deram origem. O conhecimento do meio urbano implica necessariamente a existência de instrumentos de leitura que permitam organizar e estruturar os elementos apreendidos e uma relação objeto-observador.

Na disciplina de Desenho Urbano, por exemplo, um estudo morfológico surge como um método de análise, chave para se detectar princípios, regras e tipos inerentes ao traçado da cidade, o que seria fundamental para futuras intervenções urbanas (DEL RIO, 2000).

Os estudos morfológicos apresentam inserção considerável ao facilitarem não só o entendimento da forma característica de um bairro, uma cidade, uma paisagem, mas também a análise da sua gênese e das transformações sofridas ao longo do tempo, a partir de elementos de análise comuns. Tais elementos foram expostos por José Lamas, em seu livro *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade* (1993), no qual o autor demonstra que, em diversos contextos históricos, os elementos morfológicos são semelhantes: rua e praça, edifícios, fachadas e monumentos. As diferenças se estabelecem no modo como esses elementos se posicionam, se organizam e se articulam entre si para constituir o espaço urbano.

Lamas (1993) inicia sua análise da forma urbana através de: aspectos de realidade - *quantitativos*, como densidades e fluxos; aspectos de *organização* - maneira como se organizam os elementos morfológicos que constituem o espaço urbano, e as atividades humanas, como habitar, comprar e estudar; aspectos *qualitativos* - maneira como os espaços são tratados, referem-se ao conforto e à comodidade daquele que os utiliza, como conforto acústico e térmico; e *figurativos* - os aspectos da forma que são comunicáveis através dos sentidos, divididos em sistema por Lamas. Os sistemas são divididos em: orientação - orienta o homem através de coordenadas e/ou referências (como monumentos ou edifícios); visual - constrói a imagem da cidade através da apreensão do espaço em sequência visual; tátil - percepções de toque e de temperatura dos espaços; e olfativo - é a experiência da cidade, embora seja um fator de menor controle e incidência no desenho da forma urbana.

Assim como Lefebvre (1999), que estabeleceu *níveis (ou escalas) e dimensões* para analisar a complexidade do fenômeno urbano, Lamas (1993) definiu as *dimensões* de análise, separando-as em:

- Setorial: a menor unidade do espaço urbano, com forma própria definida por edifícios, traçado das vias, arborização, mobiliário urbano, etc.;
- Urbana: pressupõe uma estrutura de vias, praças e quadras;
- Territorial: a forma das cidades define-se pela distribuição dos seus elementos estruturantes (bairros, infraestrutura viária e grandes zonas verdes).

Se compararmos as dimensões de Lamas (1993) com as dimensões e escalas de Lefebvre (1999), pode-se identificar a *setorial* como similar à dimensão da *prática e da vitalidade urbanas*, as quais não se reduzem às ideologias e instituições globais, e aproximam-se à escala do *privado*, do



*habitar*; a *urbana* e a *teritorial* são equivalentes à dimensão lefebvriana do lugar ou do terreno onde as estratégias se confrontam, e o espaço urbano torna-se o meio e instrumento de ação, escala *intermediária* (cidade). A escala *global* de Lefebvre, aquela do exercício do poder e do estado, é a dimensão onde as relações sociais se projetam no solo, não possuindo similaridades com as dimensões de Lamas (1993).

Lamas (1993) também elenca os diversos *elementos morfológicos* que constituem o espaço urbano: o solo, os edifícios, o lote, o quarteirão, a fachada, o logradouro, o traçado da rua, a praça, o monumento, a árvore e a vegetação, e o mobiliário urbano. Afirma, também, que a cidade como qualquer organismo vivo, encontra-se em contínua modificação. A evolução da forma urbana põe duas ordens de questões: o estudo morfológico considera o crescimento urbano; e a segunda, a reutilização de partes da cidade, as políticas de recuperação e restauro de áreas urbanas pressupõe diferentes usos e consequentes modificações da imagem e da forma.

A prática do planejamento organiza-se em *níveis de atuação*, determinados pela própria natureza dos métodos, objetivos e conteúdos, e escala dos problemas e dimensão geográfica das intervenções. Podemos distinguir três níveis de produção do espaço, segundo Lamas (1993):

- Nível de Planejamento: O arranque de todo o planejamento é uma fase de determinação de objetivos socioeconômicos, a programação aparece como etapa preliminar das ações do urbanismo, na qual se fixa o programa a ser executado no futuro;
- Nível urbanístico: O plano: estabelecer os objetivos no espaço e no tempo, e de espacializar a execução dos propósitos anteriores, implicando a definição das morfologias urbanas e a consideração das possibilidades físicas do território;
- Nível de construção: Executa-se a construção do território de acordo com os objetivos e programa definidos.

A morfologia urbana converge na busca e utilização de informações provenientes de disciplinas distintas, como a economia, sociologia, história, geografia, arquitetura, etc., a fim de explicar um fato concreto: a cidade como fenômeno físico e construído. Explicação essa que visa a compreensão total da forma urbana e do seu processo de formação.

A forma urbana pode ser considerada “aspecto da realidade, ou modo como se organizam os elementos morfológicos que constituem e definem o espaço urbano, relativamente à materialização dos aspectos de organização funcional e quantitativa e dos aspectos qualitativos e figurativos. A forma, sendo o objetivo final de toda a concepção, está em conexão com o *desenho*, quer dizer, com as linhas, espaços, volumes, geometrias, planos e cores, a fim de definir um modo de utilização e de comunicação figurativa que constitui a *arquitetura da cidade*.” (Lamas; 2010; p.44).

## À GUIA DE CONCLUSÕES

O urbanismo atua sobre as condições de vida, de cidadania e por isso deve ter fundamentos éticos, humanistas e sociais. Deve privilegiar a coletividade, a solidariedade, a complementariedade, a complexidade e a diversidade. Essa, segundo Hegel, entendida como a desigualdade dos iguais – objetos, relações, seres.

A discussão sobre a diversidade nas cidades não é recente, mas precisa ser aprimorada considerando as características da sociedade contemporânea, inserida em um processo de revolução urbana, conforme levantado por Monte-Mór e Ascher e, de certa forma, também por Lefébvre. Essa sociedade deve ter no urbano o espaço privilegiado da vida coletiva e encontrar nele a expressão, em todas as direções e graus, da diversidade das relações humanas, sejam elas familiares, sociais ou estatais.

Como apontado por Ascher (2010), um novo urbanismo deve "responder à variedade de gostos e demandas", admitindo a complexidade das relações sociais e propondo uma variedade de formas e ambientes urbanos a uma sociedade diversa na sua composição, práticas e preferências. Deve, assim, criar cidades diversificadas por meio da variedade morfológica urbana e arquitetônica. (ASCHER, 2010)

Cabe também uma crítica aos atuais modelos urbanos, baseados no racionalismo e no individualismo. Retomando Lefébvre (1999), a estratégia do conhecimento implica na crítica radical do urbanismo, de suas contradições, intenções, variantes, e na elaboração de uma ciência do fenômeno urbano, analisando a relação dialética forma e conteúdo, visando uma convergência de conhecimento sobre o urbano. Esse só pode se constituir como ciência a partir de uma práxis urbana, o que supõe a confrontação entre a ideologia urbanística e a prática urbana, a intervenção de forças sociais e políticas e a liberação das capacidades de invenção. Deve levar em conta as múltiplas situações da problemática urbana e não pode dispensar a imaginação, a utopia.

O autor utiliza-se de toda a reflexão anterior para afirmar que "a reflexão sobre o fenômeno urbano, prolongando num novo plano a filosofia e utilizando todas as ciências através de uma crítica radical, pode definir uma estratégia". A estratégia do conhecimento implica na crítica radical do urbanismo, de suas contradições, intenções, variantes, e na elaboração de uma ciência do fenômeno urbano, analisando a relação dialética forma e conteúdo, visando uma convergência de conhecimento. Reforçando a crítica aos agentes produtores do urbanismo e a maneira como ele é elaborado, o autor diz que o urbanismo tem como pretensão substituir e suplantar a prática urbana e, portanto, não a estuda, não a vê e não a compreende. "Ele substitui, tranquilamente, a práxis por suas representações do espaço, da vida social, dos grupos e de suas relações". Segundo o autor, "não cabe ao arquiteto, como acreditava Gropius, 'definir uma nova concepção de vida'", mas é "a uma nova concepção de vida que cabe permitir a obra do arquiteto".

Assim, entende-se que o urbanismo não pode ser entendido como a cama de Procusto<sup>3</sup>. As diversas partes devem conformar o urbanismo - e não este se impor sobre as partes. A cidade deve ser pensada na particularidade do indivíduo, respeitando a natural e infinita diversidade humana de acordo com o apontado por Hegel.

Através do conhecimento da forma urbana, principalmente na mais próxima escala, é possível conhecer os diversos elementos que a compõem. Além dos elementos físicos, aos quais Lamas propôs diversos instrumentos de análise morfológica, não podemos esquecer o ator principal do contexto urbano: o ser humano. Sem ele não há vida, não há diversidade no meio urbano, pois como lembra Hegel, a diversidade humana se manifesta em diferentes campos da atuação

---

<sup>3</sup> Personagem da mitologia grega, Procusto tinha uma cama de ferro, que tinha seu exato tamanho, para a qual convidava todos os estrangeiros a se deitarem antes de ingressarem à cidade. Se a pessoa fosse maior do que a cama, ele cortava fora o que sobrava, se fosse menor, ele a espichava e esticava até caber naquela medida. Procusto representa, em regra, a intolerância do ser humano em relação ao seu semelhante. Aqui, podemos relacioná-lo à intolerância do urbanismo com as diversidades.

humana, enquanto aspecto constitutivo das relações entre membros, sejam familiares, sociais ou estatais.

É importante compreender a necessidade de reduzir a escala de estudo, a fim de encontrar maior diversidade na forma e nos espaços. “Necessidade de elaborar dispositivos de âmbito estatal com escalas relativamente flexíveis, fundamentadas mais fortemente sobre o princípio da subsidiaridade, permitindo mecanismos de consulta à população e aos atores de forma continuada e diversa.” (ASCHER, 2010, p. 73)

Como proposta, sugere-se o estudo da morfologia urbana para compreender a formação, a evolução, a transformação do espaço urbano e de seus elementos, além de suas relações e delas entre os atores sociais, por meio da antropologia e sua metodologia etnográfica. Possibilita-se dessa maneira a identificação de formas mais apropriadas para a intervenção no meio urbano visando fomentar a diversidade em cada espaço planejado ou gerido pelo profissional urbanista.

## REFERÊNCIAS

- ASCHER, F. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.
- CANCLINI, N.G. Culturas urbanas de fin de siglo: la mirada antropológica. Disponível em <http://www.aguaforte.com/antropologia/canclinispa.html>. Acesso em 01 ago. 2016.
- DEL RIO, V. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: PINI, 2000.
- GEERTZ, C. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- GEHL, J. **Cidades para Pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GOMES, P.C.P. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- HANNERZ, U. **Os limites de nosso auto-retrato. Antropologia urbana e globalização**. Estocolmo, 16 abr.1998. Entrevista á Fernando Rabossi.
- HOEBEL. A. E. **Antropología: el estudio del hombre**. Omega (Barcelona, 1973)4-6.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- JOSEPH, I. **Erving Goffman e a microsociologia**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- LAMAS, J.M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. sl: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.
- KONZEN, P. R.. **O Conceito de Diversidade (Verschiedenheit) na Ciência da Lógica e na Filosofia do Direito de Hegel**. Revista Eletrônica de Estudos Hegelianos, v. 1, p. 39-60, 2012.
- MONTE-MÓR, R. Urbanização, sustentabilidade e desenvolvimento: complexidades e Diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. In: MAGELA, G. (org); MONTE-MÓR, R. (org); COSTA, H. (org). **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015, p. 55-69.
- SANTOS, C. N. F. **A Cidade como um Jogo de Cartas**. Rj: EDUFF, 1992
- SILVA NETO, E. F.; PALACIOS, M. G. L. S. Vitalidade urbana em Jane Jacobs. In: Seminário Internacional Urbicentros, 2012, Salvador. Urbicentros #3, 2012.